

Alagados e Sem Terra: lutas tradicionais - denúncias atuais

Célia M. Motta*

Resumo:

O caráter de denúncia deste artigo advém do agravamento das lutas e assassinatos contra os já tradicionalmente atingidos pelos negócios da “moderna” monocultura, da extração da madeira, da apropriação das terras e das águas. Por essa razão, sem desconsiderar as definições conceituais, privilegia-se a definição histórica desses movimentos e a atualização de sua luta.

Palavras-chave: Lutas Sociais. Movimentos sociais tradicionais.

“Somos mais de 1 milhão de pessoas que foram expulsas de suas terras pela construção de usinas hidrelétricas, outros milhares foram afetados indiretamente por estes empreendimentos” (MAB).

Durante séculos, planos de “desenvolvimento” infra-estruturais financiaram a história da desapropriação das terras e expulsão pelas águas.

A primeira Constituição Republicana (1891) oficializou a prática da expropriação sumária e, pela força da lei e dos jagunços, expandiram-se os limites dos latifúndios, o número de sem terra e dos conflitos sociais. A recente implantação de projetos energéticos, especialmente hidrelétricos, impulsionou o processo de expulsão, com a inundação de terras ribeirinhas por gigantescas barragens. Ironicamente, os próprios desapropriados constroem as usinas, com contratos de trabalho que perduram o tempo necessário para a realização do projeto. Em seguida, tornam-se desempregados, sem terra e sem rumo. Tornam-se incômodos, principalmente quando se organizam (Motta, 2006).

* Pesquisadora do NEILS e professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA. End. eletrônico: ce.motta@uol.com.br

Movimentos sociais brasileiros: definições históricas

Apesar da diversidade histórica do desenvolvimento dos movimentos sociais brasileiros, e da atual e rica variedade dos “novos movimentos sociais”, a tradicional luta pela terra e a renovação das políticas de proteção à exploração privada da terra e do trabalho, permanecem responsáveis pelos mais brutais conflitos sociais, no Brasil.

As demandas por melhores salários, redução de jornada, participação nos lucros, políticas públicas ou pela reforma agrária, indicam a múltipla dimensão das reivindicações populares, gestadas no interior das contradições entre capital e trabalho. A representação dos trabalhadores por entidades sindicais, se sugerem um processo de fragmentação corporativa, também indicam que, sob diferentes formas de organização, trabalhadores urbanos ou rurais confrontam-se com os limites impostos pelas legislações trabalhistas –essencialmente vinculadas à legalidade da apropriação fundiária privada.

Mas, há quem considere que “A opção pela proteção da propriedade privada, a nível (sic) constitucional, é uma clara evidência da opção soberana da sociedade brasileira pelo sistema capitalista” (Angieuski, 2005).

Certamente, a *soberana* opção pelo sistema capitalista não é tão evidente quanto a opção pela proteção à propriedade privada -no longo processo de *institucionalização e de reconhecimento e legitimação da propriedade privada territorial, pelo Estado-* especialmente quando se considera que

No Brasil as terras são, originalmente, públicas. Portanto a sua incorporação ao processo de produção e reprodução social não prescindiu da transferência do seu domínio para a iniciativa privada. Trata-se de um processo, de fato, de privatização de terras públicas –da transferência para a esfera privada do domínio sobre um território originalmente público (...) Este processo de privatização de terras, necessariamente mediado pelo Estado -nos campos político, jurídico, administrativo, econômico, etc.-, assumiu características distintas e implicou situações diversas, conforme os diferentes momentos e conjunturas históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais, entre outras igualmente relevantes, vividas ou enfrentadas pelo Brasil, desde suas origens coloniais (Jones, 1999)².

¹ Não se pretende adentrar às teorias e classificações dos movimentos sociais. Para isso, Castells (1999), Gohn (2007), Tarrow (2009).

² O Livro branco da reforma agrária: reconhecimento público da grilagem especializada e da corrupção agrária é um texto que resume Conferência proferida por Alberto da Silva Jones, no Fórum São Paulo Século 21 (Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo), em novembro de 1999, e publicado pela Fundação Joaquim Nabuco. Sua tese de doutorado, A política fundiária do regime militar - legitimação privilegiada e grilagem especializada (do instituto de sesmarias ao estatuto da terra) (1997) foi encaminhada pela Presidência da República à análise do Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, em maio de 1997.

Após a independência política, a Lei de Terras (Lei 610 de 1850, firmou a transferência dos “títulos legais e legítimos” da propriedade privada. Legalmente, as terras seriam públicas (sem títulos de propriedade), estatais ou particulares. Com a Constituição republicana de 1891, o controle do processo administrativo foi transferido para os Estados da Federação, suscitando conflitos entre as oligarquias locais ou nacionais, especuladores imobiliários ou “companhias colonizadoras”.

As medidas constitucionais, necessárias para a concessão do direito de propriedade, foram complementadas pelo Código Civil de 1917 (regime do registro imobiliário); pela Lei n.º. 4.827/1924; Decreto n.º. 18.532/1928; Decreto n.º. 4.857/1939; até a promulgação do Estatuto da Terra, em novembro de 1964 – quando,

apoiado na ideologia da segurança nacional e da defesa hemisférica contra a então denominada “*ameaça do comunismo internacional*”, o processo de saque de terras (públicas e de pequenos posseiros e indígenas) assumiu a feição radical da **grilagem especializada**, conceito que estruturamos para definir uma forma particular de assalto às terras e aos cofres públicos, praticada sistematicamente e de forma organizada por grileiros especializados. Isto é, apoiados em assessoramento jurídico e intimamente articulado às estruturas do poder autoritário e da sua burocracia, especialmente, no INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –, nos Institutos de Terras dos Estados e nas Superintendências de Desenvolvimento Regional, e financiados por bancos oficiais (Jones, 1999).

Paralelamente às medidas constitucionais para a concessão do direito de propriedade, durante todo o século XX, foram utilizadas estratégias legais para normatizar as relações de trabalho. No âmbito do sistema corporativo oficial, o sindicalismo rural fortaleceu-se na década de 1960. Em 1962, para a regulamentação do sindicalismo rural e o enquadramento sindical, o governo definiu as categorias profissionais: assalariados (trabalhadores na lavoura); pequenos produtores autônomos (arrendatários, meeiros, parceiros, foreiros); pequenos proprietários e posseiros. Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, muitas ligas camponesas³ transformam-se em sindicatos rurais. Em 1964, o Estatuto dos Trabalhadores Rurais (1947) transformou-se no Estatuto da Terra –com o reconhecimento oficial da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963.

³ Fundada em janeiro de 1955, a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco tornou-se o embrião das ligas camponesas do Nordeste. Lideradas principalmente por Francisco Julião (deputado pelo Partido Socialista), realizaram o 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte (1961), reivindicaram a reforma agrária, a posse da terra e uma CLT para o trabalhador rural. Com o crescimento do movimento sindical urbano, durante o governo João Goulart, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e o Pacto de Unidade e Ação, de caráter intersindical, convocam uma greve geral, reivindicando melhoria das condições de trabalho, o 13o salário e a formação de um ministério nacionalista e democrático.

Surgida do embate político entre as Ligas Camponesas e a ULTRAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) sob a orientação do PCB- a CONTAG organizou a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR) para ampliar a constituição de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Por essa razão, atribuiu-se à CONTAG uma ação limitada aos marcos legais do Estatuto do Trabalhador Rural, que resultaria no fortalecimento de uma concepção corporativista, responsável pelo estímulo e controle das mobilizações⁴.

A questão da estrutura sindical, na década de 1980, dividiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT -fundada em 1983), em defesa da autonomia sindical, e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT -de 1986) favorável à unicidade sindical. Em 1984, o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (Paraná), decidia pelos acampamentos e ocupações da terra, sob a direção do MST.

A luta pela reforma agrária acompanhou as diversas concepções políticas sindicais. De acordo com as teses do PCB, seria uma *etapa necessária de uma revolução de caráter democrático-burguesa e anticapitalista, com o atributo de livrar o país dos resquícios feudais e consolidar o proletariado rural* (Thomaz Junior, 2002); para as Ligas Camponesas e movimentos posteriores, deveria ser estratégia de rompimento com a estrutura econômica ou social (burguesa).

Porém, como toda ação política, os movimentos sociais suscitam interpretações dos mais variados setores e propósitos políticos. Presumindo que também devam se firmar “conceitualmente”, muitos movimentos aceitam o embate teórico, nos domínios das concepções convencionais e de categorias pré-estabelecidas, cujo “debate” frequentemente se restringe à exigência da comprovação de sua “legitimidade” –um termo facilmente confundido com “legalidade”. Conceitos teoricamente elaborados para a compreensão da realidade expressam considerações políticas, podendo contribuir contrária ou favoravelmente para o seu desenvolvimento. Por isso, é fundamental o reconhecimento do campo ideológico em que são gerados, e a extensão da interferência de grupos que atuam como “intérpretes da realidade”, escolhendo conceitos (de possível ambigüidade) elaborados pelas áreas acadêmicas e disseminados pela “imprensa de massas”.

1. interpretações no campo da “opinião” jornalística

Historicamente, a chamada grande imprensa dedicou sistemáticas críticas

⁴ Sobre a polêmica ação do PCB na criação dos sindicatos rurais, e a divisão da direção das Ligas, consultar O camponês e a história –a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva (Cunha, 2004); Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana, e Avanços, recuos e falência de um modelo: o caso Contag (Tomaz Junior, 2002 e1997).

aos movimentos que expressam lutas sociais, enfatizando seu aspecto “não institucional” –para classificá-los como indesejáveis “agitações antidemocráticas”, contra as quais deveriam prevalecer as forças (militares) da legalidade. Atenta ao crescimento desses movimentos durante anos, exemplarmente, a revista *VEJA* especializou-se em combatê-los –com abundantes e premonitórias advertências:

Um modelo, crescente-se, falido do ponto de vista histórico e equivocado do ponto de vista filosófico. Está-se falando, evidentemente, do marxismo. Falido porque levou à instauração de regimes totalitários que implodiram social, política e economicamente. Equivocado porque, embora se apresente como ciência e ponto final da filosofia, nada mais é do que messianismo. De fato, o marxismo não passa de uma religião que, como todas as outras, manipula os dados da realidade a partir de pressupostos não verificáveis empiricamente. E, assim também como as religiões, rejeita violentamente a diferença (Veja, 08/09/2004).

Ataque, baderna, violência, foram algumas das expressões sistematizadas pela chamada “Psicologia Social” –a partir do trabalho de Gustave Le Bon (*Psicologia das multidões*-1954), apresentado em 1895 –com a afirmação máxima de que, ao participar de um grupo, os indivíduos perdem sua “individualidade” e adquirem uma “mente coletiva” e “irracional”. A “psicologia de massas” ganhou status de teoria, fundando uma terminologia convenientemente utilizada para desqualificar os movimentos sociais: *irracionalidade, periculosidade, impulsividade, mobilidade, irritabilidade, sugestibilidade, credulidade, exageração, simplismo, intolerância, autoritarismo, conservadorismo* (Le Bon, 2008). A assimilação das teorias conservadoras européias pela elite político-intelectual brasileira ocorreu de forma direta, respaldando a “repressão das classes populares por parte do poder instituído, principalmente depois da primeira década do século XX” (Sampaio Pereira, 1999: 126).

A questão é que, de maneira indireta, vários movimentos sociais também incorporaram preceitos da “psicologia de massas”, para provar que seriam *pacíficos, racionais e ordeiros*. Em certos momentos, na tentativa de rebater a idéia de “irracionalidade”, consideraram a *irracionalidade policial* como a principal razão das ações repressivas militares. Nos casos em que tentaram uma inversão do sentido de “periculosidade”, certos movimentos assumiram que a racionalidade das massas estaria exatamente em seu caráter combativo e de insubmissão. Dessa inversão pela negação, muitos movimentos populares passaram a associar o “despertar da consciência das multidões” com a formação de um “estado psicológico das massas” –ainda que a cargo de partidos políticos revolucionários⁵.

⁵ Em A influência da psicologia de massas sobre o movimento operário brasileiro (1917-1922), Andréa Sampaio Pereira (1997) analisa como a “psicologia de massas” tornou-se uma referência para a ação de tendências da esquerda: comunista e anarquista.

A convicção de que as massas necessitam de cultos (a um mestre, partido ou religião) foi desenvolvida, favorável ou criticamente. Alguns militantes acreditaram ser algo positivo, para as lideranças partidárias, o potencial “seguidor” das massas. Outros, apontando a Igreja Católica como a principal exploradora da *credulidade* dessa população *ingênua*, consideraram que as festas populares (religiosas, regionais, nativas) também colaborariam para desviá-la dos caminhos revolucionários –corrompendo a teoria do materialismo histórico. Positiva ou negativamente, a crença em que a “massa humana” só pode ser movida por lideranças, crenças ou rituais, realimentou os argumentos de *inconsciência* e *irracionalidade* das multidões. Assim, “no discurso da imprensa operária do início do século, a tendência do movimento operário que endossa a psicologia de massas, mesmo que atacando a burguesia e os seus agentes, é tão significativa quanto aquela que a nega” (Sampaio Pereira, 1999:127).

2. definições no campo das análises acadêmicas

Durante o século XX, os movimentos sociais foram interpretados por diferentes “teorias da realidade” -resultantes da ampla trajetória de reformulações metodológicas das Ciências Sociais. Com a proposta de *repensar, retraduzir ou reelaborar* o universo conceitual das questões sociais, e da própria história humana, a historiografia acadêmica sugeriu a “reconstrução do objeto” do conhecimento histórico, com a introdução de tipologias inovadoras que fugissem das “antigas categorias de análise” -como classe ou luta de classes. O propósito seria a *criação* de uma nova “história total” -que incluísse dados do cotidiano, da mentalidade e representações humanas. Teoricamente, a história tornou-se Social, Econômica, Cultural, Política e, sobretudo, das Mentalidades⁶ -que “abriu-se de tal modo a outros saberes e questionamentos que, no limite, pôs em risco a própria legitimidade da disciplina” (Vainfas, 2002: 55-56). A partir da segunda metade do século XX, ressurgiu a necessidade de novas *releituras, olhares, métodos, temas*, para a Nova História Social, Política, Cultural, etc.

⁶ Inaugurada pela chamada Escola dos Annales, cuja denominação deve-se à publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (indicando sua orientação temática), lançada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre -considerados historiadores da “primeira geração” (1929-45) da escola. Em 1924, Bloch já havia lançado *Os Reis Taumaturgos* -obra fundadora da chamada “História das Mentalidades” (Bloch, 1993). Na segunda geração (1945-68), enfatizando a história da cultura material, Fernand Braudel (1967) com *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. A partir de 1968, a terceira geração, marcada pela fragmentação; ênfase à história sócio-cultural (das mentalidades); à história imediata, do tempo presente -representada especialmente por Jacques Le Goff e Pierre Nora -que organizavam a trilogia *História: Novos Objetos; Novas Abordagens; Novos Problemas* (1976). Em 1946 a revista tornou-se um periódico de Ciências Sociais, com o nome de *Annales Economias, Sociedades, Civilizações*.

O “historiador cultural”, Peter Burke (1997) considerou que, a partir da década de 1970, a valorização dos aspectos culturais do comportamento humano teria operado uma verdadeira “revolução” no conhecimento, com o uso de “novos objetos” de estudo (cultura, trabalho, demografia) e a inclusão de grupos particulares (gênero; minorias étnicas e religiosas) e do “homem comum” às análises históricas.

Da Nova História Cultural derivou a “Micro-História”, preocupada em adotar uma história problematizadora do social, preocupada com as **massas anônimas**, seus modos de viver, sentir e pensar. Uma história com **estruturas em movimento**, com grande ênfase no mundo das condições de vida material, embora sem **qualquer reconhecimento da determinância do econômico na totalidade social, à diferença da concepção marxista** da história (Vainfas, 2002: 17)-grifos meus.

Para solucionar tais questões, a Micro-História desenvolveu subgrupos temáticos: do Imaginário; das representações; das Mulheres e dos Marginais; Rural (e também Urbana); da Arte; da Sexualidade; do Presente; Vista de Baixo⁷; Imediata; Novíssima... Assim,

Sem contar com o já tão discutido agravante de que –com a propalada crise dos grandes modelos de “história total”– a História já tão fragmentada em “dimensões” (econômica, política, social) partiu-se com o apoio da mídia e das demandas editoriais em inumeráveis “migalhas” relacionadas aos novos “domínios históricos” (história da religiosidade, da feitiçaria, da vida privada) (...) Desnecessário dizer que os historiadores podem unir em uma única perspectiva historiográfica uma dimensão (por exemplo, a História Econômica), uma determinada abordagem (a História Serial), e um certo domínio (a História dos Camponeses) (Barros, 2004).

A busca por uma “história total”, para a “fuga da totalidade”, resultou num movimento quase circular de negação dos “antigos conceitos”. Historiadores culturais ou sociais, envolvidos com os movimentos contrários às políticas neoliberais, percebem os efeitos da ocultação de certas categorias na análise das questões mundiais. Bourdieu, por exemplo, em seu artigo *O imperialismo da razão neoliberal*, considerou as expressões “pós-modernas”, “globalização”, “flexibilidade”, “governabilidade”, “exclusão”, “nova economia”, “multiculturalismo” ou, “etnicidade”, “minoridade”, “identidade”, “fragmentação”, como uma “nova vulgata planetária”,

⁷ A expressão *history from below* foi criada por Thompson num artigo do suplemento literário do *The Times*, publicado em 1966.

da qual se encontram notavelmente ausentes capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade, e tantos vocábulos decisivamente revogados sob o pretexto de obsolescência ou de uma presumível falta de pertinência – é produto de um imperialismo apropriadamente simbólico: os seus efeitos são tão poderosos e perniciosos porque ele é veiculado não apenas pelos partidários da revolução neoliberal -a qual, sob a capa da “modernização”, entende reconstruir o mundo fazendo tábua rasa das conquistas sociais e econômicas resultantes de cem anos de lutas sociais, descritas agora como arcaísmos e obstáculos à nova ordem nascente (Bourdieu; Wacquant, 2004).

Bourdieu tornou-se referencial teórico de inúmeros trabalhos acadêmicos, considerados mais “à esquerda” e, também, de orientação a parâmetros curriculares escolares. Com uma multiplicidade de fontes teóricas (Marx, Weber, Durkheim, Bachelard, Lévi-Strauss, Wittigenstein), Bourdieu foi considerado o grande mediador entre as teorias revolucionárias e reformistas, por saber “associar teoria e política, reflexão conceitual e intervenção concreta, crítica e ação” (Sader, 2002).

Numa especial associação, pesquisas acadêmicas passaram a atribuir à “grande imprensa” a responsabilidade pelo crescimento e *legitimidade* dos movimentos sociais. Raquel Bertol, por exemplo, no artigo *Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos 1990* (Bertol, 2003), afirma que, *quando o movimento dos agricultores concordou com a nomeinação* (sem-terra, com hífen) *legitimada pela imprensa, selou com esta um pacto implícito:*

A expressão, que podia circular informalmente, foi incorporada, legitimada e, de certa forma, institucionalizada pela imprensa, que encontrou um novo nome para algo antigo: gente que lutava por pedaço de chão para plantar e viver, mas que estava começando a se organizar de forma inédita no Brasil (...). Assim configurou-se a interseção, o ponto de partida que abriu todo um campo de possíveis e novos significados na relação entre mídia e sem-terra. De 1984 a 1989, os sem-terra viveram uma primeira fase no relacionamento com a mídia, na qual demarcaram seu terreno simbólico. No início da Nova República, período de maior abertura democrática, cresceu o interesse a seu respeito (Bertol, 2003: 4-8).

Entretanto, com os massacres (Corumbiara-Rondônia/1995; Eldorado de Carajás-Pará/1996) e a Marcha à Brasília (1997), que culminou em confronto, “o pacto-fluido, subjacente, mas ainda assim um pacto- selado nos primórdios da história do MST, e que até há pouco perdurara, estava enterrado”. A partir daí, a imprensa tornou-se agressiva, mas “o movimento já conquistara tal capital simbólico, que lhe era permitido falar sobre o que quisesse, e ser ouvido. Seus

líderes puderam se expressar, sem ser ignorados, pois tiveram espaço para isso, o que indica legitimidade” (Bertol, 2003: 18).

A questão observada é que todo o *campo de possíveis e novos significados na relação entre mídia e sem-terra* não resistiu ao confronto ideológico. Considerando que a “grande imprensa” seja formada por *empresas* de grande projeção no mercado das informações, presume-se que, ao evocar o papel de “imprensa de massas”, assumem a prerrogativa de “intérpretes da realidade”⁸ -atuando numa esfera de produção (além de lucrativa) francamente ideológica. Por isso, a confusa associação entre a legitimidade (natural) e a “legalidade” (institucional) conferida aos movimentos sociais perdura o tempo necessário para que suas diferenças se explicitem. A recusa dos movimentos à institucionalização e integração sistêmica (Tarrow, 2009)⁹, imediatamente revoga a pretensa legitimidade que lhe foi condicional e provisoriamente concedida.

3. definições no campo das lutas sociais

Nos estudos dos movimentos sociais pelo setor intelectual-acadêmico, a utilização das micro-análises, mesmo elegendo as “massas anônimas” como as principais figuras da história, limitaram diversas pesquisas ao seu aspecto “cotidiano” (o que vestem, o que comem, em quê crêem).

Uma das *inovações*, de grande influência acadêmica, seria a concepção teórica de *classe*, apresentada por Thompson, sob perspectiva histórica, fundamentada nas relações sociais, culturais e cotidianas –na qual a “dimensão econômica não seria prioritária”:

Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (...) A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas o partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram -ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais (Thompson,1987: 9-10) -grifos meus.

⁸ Ver “O discurso jornalístico e o MST: o fato e a interpretação” (Thomaz Jr.; Ribeiro de Souza, 2002).

⁹ As a dimensão nacional-transnacional dos movimentos sociais e as lutas do MST são analisadas por Almeida (2009), no artigo: Lutas Sociais e questões nacionais: algumas reflexões em torno do MST.

Apesar de enfatizar a ação humana (e não a “estrutura” social) na constituição histórica das classes sociais, Thompson não supõe que sua formação possa “ser definida simplesmente como formação cultural”, ou de forma independente de determinações das relações de produção (Ridenti, 1994: 45). No campo das múltiplas possibilidades dialéticas, autores que privilegiam aspectos “estruturais” da história e os que enfatizam a prática humana, cultural, simbólica, dentre tantas, criticam-se reciprocamente –e, com isto, demonstram que a questão principia quando se tenta ignorar, ou fixar, as categorias mais “determinantes” para a constituição da realidade.

Conclui-se que as bases da teoria ontológica de Marx não são as definições metodológicas ou a ordenação hierárquica das categorias, mas a multiplicidade das relações (e situações) sociais. Historicamente definida, a burguesia recria estratégias para a superação das crises, com políticas autoritárias (ditaduras), ou com políticas públicas (“democráticas”). A primeira geralmente desperta forças dispostas a um confronto direto com o poder; a segunda produz mais efeito ideológico do que prático. Nesse espaço de luta, em que o *conflito* torna-se o gerador “da consciência de classe, raça e/ou gênero” e o criador de novas situações e possibilidades históricas contra a ofensiva do capital, o “ponto crucial é o nexo entre as micro e as macroestruturas na invenção de uma nova estrutura de base” (Petras, 1999: 376). Portanto, se os movimentos sociais definem-se orgânica e ideologicamente no campo dos conflitos sociais, sua legitimidade não se encontra nos espaços da *legalidade* mas, contra ela, na luta pela transformação das condições (econômica, social, cultural, etc.) de existência humana. Assim, em luta, desenvolveram-se os movimentos sociais no Brasil.

Os saldos dessas lutas, principalmente ligadas às questões da terra¹⁰ e das águas, encontram-se atualizados em diversas páginas *on-line*, da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2010)

Conflitos no Campo

2006	2007	2008	2009	2011
39	28	28	26	34

¹⁰ Evita-se uma avaliação geral dos recentes “programas sociais” (e eventuais avanços) de governo, a partir de Luís Inácio da Silva, por não encontrar, nesta abordagem, qualquer contradição entre a atual situação de conflito no campo e a declaração de posse do presidente (Silva, 01/01/2003) sobre a reforma agrária: só em terras ociosas, com “vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio”.

30 por Conflitos pela Terra, dois em Conflitos pela Água e dois em Conflitos Trabalhistas. Região Norte: 21 assassinatos; Nordeste: 12 e Sudeste 1. O Maranhão¹¹ apresentou porcentagem ainda maior no crescimento do número de assassinatos.

Conflitos pela Água

2002	2003	2-004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
14	20	60	71	45	87	46	45	87

Um crescimento de 93,3%, entre 2009 e 2010, afetando 197.210 pessoas. Foram 47 relacionados ao uso e preservação da água, 31 conflitos a barragens e açudes e 9 à apropriação particular. Região Nordeste: 38; Sudeste: 22; Norte: 17; Centro-Oeste e Sul: 5 cada um (CPT, 2010).

Cresce também o número de trabalhadores escravizados¹². Em junho de 2011, o Grupo Móvel nacional e dos grupos estaduais de combate ao trabalho escravo libertaram 66 pessoas na região Norte do País: 34 em Pacajá (PA), trabalhando para companhias de energia elétrica: a empresa terceirizada Eletro Junior, que presta serviços para a Companhia de Energia Elétrica do Pará (Celpa). No garimpo: 13 trabalhadores da zona rural de Água Azul do Norte (PA). Na pecuária: 08 na zona rural de Rio Branco (AC), na fazenda Vale Verde. Na carvoaria: 11 trabalhadores da Carvoaria de Carlos Fernandes de Araújo, em Goianésia do Pará (Repórter Brasil, 01/02/2011).

A atualização dos dados parece infundável.

No dia 24 de abril de 2011, os líderes extrativistas José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva foram executados em Nova Ipixuna, no Pará. No dia 27, o corpo do agricultor Eremilton Pereira dos Santos, de 25 anos, foi achado no mesmo assentamento. Um saldo de três assassinatos em uma semana (Reporter-Brasil, 01/02/2011).

Nos dias 13 e 14 de maio, diversos movimentos sociais -MST, CPT, MAB, CEPASP, FEAB, FETAGRI, Justiça nos Trilhos, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações de Agricultores e de Moradores – estudantes e professores universitários dos estados do Pará (PA), Maranhão (MA) e Tocantins (TO), reuniram-se no centro de formação Cabanagem, na cidade de Marabá -PA.

O objetivo dessa atividade foi a socialização das informações sobre a realidade vivida pelas famílias das regiões que sofrem os impactos negativos dos grandes projetos da empresa Vale do Rio Doce; suas estratégias de defesa; e um estudo sobre a conjuntura das regiões e seus reflexos na realidade brasileira.

A Vale apresenta-se como a segunda maior mineradora do planeta, com negócios no setor de logística e projetos de geração de energia, e afirma seu

comprometimento com o “desenvolvimento sustentável”. Os depoimentos do Encontro Regional Atingidos pela Vale do Rio Doce nega a propaganda e confirma a realidade:

No Pará a mineração está presente na fase de lavra ou na pesquisa, em todo o estado. Os problemas gerados vão além dos de caráter ambiental como poluição e desmatamento e dizem respeito aos trabalhadores, que estão sendo expulsos de suas terras sendo obrigados a ir para as cidades que tem se tornado verdadeiros bolsões de pobreza, onde as populações que chegam ficam sem moradia adequada e sem serviços de saneamento, educação, saúde e segurança. A prostituição infantil, tráfico de drogas e criminalidade têm crescido sem controle¹³.

Em Tocantins e no Maranhão, a realidade é a mesma. Em 38 países e empregando mais de 119 mil pessoas, a Vale exalta sua capacidade de atuar nas atividades de mineração, siderurgia, logística e energia, e a pretensão de se tornar a “maior e melhor e melhor mineradora do mundo” – um exemplo do discurso liberal e das práticas monopolistas desenvolvidas na recente fase neoliberal do capitalismo.

A realidade é conhecida. Os dados são divulgados, mas devem ser incansavelmente reproduzidos. Há que se insistir na promoção de nova correlação de forças sociais e políticas, capaz de alterar estruturalmente a rede criminosa, sobre a qual se assenta toda a exploração e a expropriação dos trabalhadores dos diversos cantos deste país. Este artigo destina-se a reafirmar essa resistência, atualizando as denúncias das já tradicionais vítimas dessa histórica luta.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de (2009). Lutas sociais e questões nacionais: algumas reflexões em torno do MST. *Lutas Sociais*, n. 21-22, São Paulo.
- ANGIEUSKI, Plínio Neves (2005). Evolução da propriedade imobiliária rural no Brasil, regularização fundiária, registro imobiliário e georreferenciamento: questões de Direitos Humanos. *Boletim Jurídico*, Uberaba/MG, a. 3, nº 121 (<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=567>)- Acesso: 23 ago. 2005.
- ASSELIN, Victor (2009). *Grilagem – corrupção e violência em terras do Carajás*. Imperatriz (MA): Ética.

¹³ Ver íntegra do Relatório do Encontro Regional Atingidos pela Vale do Rio Doce em (<http://passapalavra.info/?p=41512-03/07/2011>).

- BARROS, José D'Assunção (2004). *O Campo da História – especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes.
- BERTOL, Raquel (2003). Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos 1990. CPDOC/FGV *Estudos Históricos*, Mídia, n. 31, 2003/1.
- BLOCH, March (1993). *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Cia. das Letras.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc (2004). O imperialismo da razão neoliberal. *Revista Possibilidades*, publicação do NPM - Núcleo de Pesquisa Marxista. Ano 1, n. 1, jul./set.
- BRAUDEL, Fernand (1967). *Civilização material, economia e capitalismo*. 3 vol. São Paulo: Martins Fontes.
- BURKE, Peter (1997). *A escola dos Annales (1929-1989) – A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP.
- CASTELLS, Manuel (1999). *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra
- CUNHA, Paulo Ribeiro (org.) (2004). *O camponês e a história – a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira.
- GOHN, Maria da Glória (2007) *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6ª Ed. São Paulo: Loyola.
- JONES, Alberto da Silva (1997) *A política fundiária do regime militar - legitimação privilegiada e grilagem especializada (do instituto de sesmarias ao estatuto da terra)*. Tese de doutorado -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP).
- _____ (1999). *O Livro branco da reforma agrária: reconhecimento público da grilagem especializada e da corrupção agrária*. Fórum São Paulo Século 21 (Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo) Fundação Joaquim Nabuco (www.fundaj.gov.br:8080/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet? (acesso:15/08/2005).
- LE BON, Gustave (2008) *Psicologia das multidões*. São Paulo: Martins Fonte.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.) (1976). *História: novos objetos; novos problemas; novas abordagens*. 3 vol. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- MOTTA, Célia M. (2006) *O modelo neoliberal brasileiro e o setor elétrico –reestruturações e crises-1995-2005*. Tese, Doutorado, Ciência Política, PUC-SP.
- PETRAS, James (1999). *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau, Furb.

- PYL, Bianca (01/02/2011) *Atlas revira entranhas do trabalho escravo no Maranhão* (Reporter Brasil –Agência de Notícias) <http://www.reporterbrasil.org.br/agencia/> -Acesso: 02/07/2011.
- RIDENTI, Marcelo (1994). *Classes sociais e representação*. São Paulo: Cortez.
- SAMPAIO Pereira, Andréa (1997) *A influência da psicologia de massas sobre o movimento operário brasileiro (1917-1922)*. Dissertação, mestrado, Ciência Política, Unicamp, Campinas.
- _____ (1999). O movimento operário brasileiro e as massas populares: massas obreiras/revolucionárias ou massas ignorantes/inertes? *Revista de Sociologia e Política* n. 13: 125-140 nov.
- THOMAZ JÚNIOR, A. (2002). *Por trás dos canaviais os nós da cana*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- _____ (1997). Avanços, recuos e falência de um modelo: o caso Contag. *Quinzena*, n. 246, 15/03/1997. São Paulo: CPV.
- _____ ; RIBEIRO DE SOUZA, Sônia, M. (2002) O discurso jornalístico e o MST: o fato e a interpretação. *Revista Ciência Geográfica*. Bauru: ano 8, v.1, n.22, mai. ago., p. 37-48.
- TARROW, Sidney (2009). *O poder em movimento*. Petrópolis: Vozes.
- THOMPSON, Edouard Palmer (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Vol I.
- _____ (1996). History from below. *The Times*.
- VAINFAS, Ronaldo (2002) *Os protagonistas anônimos da história*. São Paulo: Campus.

Outros

- CPT -COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Relatório anual Conflitos no Campo Brasil 2010 (comunicacao@cptnacional.org.br/www.cptnacional.org.br) Acesso: 02/07/2011.
- MAB -MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. *A Organização do Movimento dos Atingidos por Barragens*. Caderno n. 5.
- RELATÓRIO DO ENCONTRO REGIONAL ATINGIDOS PELA VALE DO RIO DOCE (<http://passapalavra.info/?p=41512> -03/07/2011).
- VALE DO RIO DOCE: (<http://www.vale.com/pt-br/conheca-a-vale/paginas/default.aspx>).
- VIA CAMPESINA (18/06/2004). *O domínio do capital sobre a agricultura* - Nota 4. Documentos. IV Conferência Internacional de la Via Campesina.
- REVISTA VEJA: 10/05/2000, 18/06/2003, 08/09/2004.